



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0010758-09.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Gilson Ribeiro Andrade**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Proc. 1118/11

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

GILSON RIBEIRO ANDRADE, já qualificado nos autos, moveu ação visando a concessão de auxílio-acidente, contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, alegando, em síntese, que no dia 17 de março de 2009, no desempenho de suas funções junto à sua empregadora, sofreu acidente típico, que deu causa a perda dos movimentos do quarto dedo de sua mão esquerda, fato devidamente comunicado ao instituto-réu.

Diz o autor que em razão do acidente, recebeu o benefício do auxílio-doença, até dezembro de 2010, quando teve alta médica.

Considerando que consolidadas as lesões, restaram seqüelas que deram causa a incapacidade residual indenizável, que não foram reconhecidas pelo instituto-réu, protestou o autor pela procedência desta ação, para que lhe seja concedido o benefício do auxílio-acidente, já em sede de antecipação de tutela.

Pugnou, por fim, o autor, pela condenação do instituto-réu ao pagamento de indenização por danos morais, tendo em conta que não poderia ter negado a concessão do benefício do auxílio-acidente, posto que demonstrada administrativamente, a redução de sua capacidade laborativa.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 12/35).

Denegada antecipação da tutela e regulamente citado, o instituto-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

réu contestou (fls. 43/50), alegando que as seqüelas sofridas pelo autor são mínimas e não são passíveis de indenização securitária.

Aduzindo, por fim, que não restaram demonstrados os requisitos necessários à concessão de indenização por danos morais, protestou o instituto-réu pela improcedência da ação.

Sobre a contestação, manifestou-se o autor a fls. 52/59.

Saneado o feito e determinada a realização de perícia (fls. 67/68), o laudo conclusivo encontra-se a fls. 84/90.

Sobre o laudo pericial, manifestaram-se o autor a fls. 92/95 e o instituto-réu a fls. 99/100.

Encerrada a instrução, o autor, em alegações finais, deduzidas por memorial, teceu considerações sobre a prova produzida, ratificando, por fim, seus pronunciamentos anteriores (fls. 104/107).

É o relatório.

DECIDO.

Segundo o laudo pericial inserido a fls. 84/90, a expert nomeada concluiu que *“o nexo causal é procedente quanto ao acidente de trabalho sofrido pelo autor em 17/03/09 (CAT anexa), contudo, a seqüela funcional decorrente da fratura tratada do 4º dedo à esquerda (não dominante) é leve e não o inviabiliza à realização da atividade laborativa desenvolvida nessa ocasião ou demais afins de forma remunerada a terceiros como meio à sua subsistência, estando apto ao trabalho.*

*Outrossim, ressalte-se que o caso em tela não se enquadra em lesão que demande necessidade de dispêndio de maior e permanente esforço ao exercício satisfatório das funções laborativas habituais do autor conforme seu histórico profissional.”* (fls. 87).

Isto posto, forçoso convir que as seqüelas apuradas, não encontram guarida no âmbito da legislação infortunística, para efeito de concessão do benefício do auxílio-acidente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Em suma, tendo a prova pericial atestado de forma segura e convincente que o autor não se encontra em situação que enseja a concessão do benefício do auxílio-acidente, a improcedência da ação é de rigor.

Por fim, uma vez reconhecido que o autor não faz jus à concessão do benefício acidentário pretendido na inicial, desnecessária qualquer observação acerca do pedido de indenização por danos morais.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo improcedente** a ação.

O autor é beneficiário da Justiça Gratuita.

Não há sucumbência na espécie.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 13 de dezembro de 2013.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**